

A “guerra contra o terror”: mídia e terrorismo na Indonésia, na Malásia e em Cingapura

Sonia Ambrosio de Nelson

Jornalista, doutora em Sociologia pela Universidade Nacional de Cingapura.

Resumo

Assim como em outras partes do mundo, a situação midiática na Ásia sofre a influência dos poderes políticos, econômicos e culturais, refletidos em uma variedade de sistemas de funcionamento da mídia. Este artigo é trecho de tese de doutorado defendida em 2007 e analisa os discursos jornalísticos em três jornais (da Indonésia, da Malásia e de Cingapura) referentes aos atentados de Bali em 2002; contra o hotel JW Marriott em Jacarta em 2003; contra a embaixada da Austrália em Jacarta em 2004 e ao atentado suicida em Bali em 2005.

Palavras-chave: discurso de mídia; mídia e terrorismo; Sudeste Asiático

Abstract

As in other parts of the world the media in Asia faces the political, economical and cultural influences of the big powers which are reflected in the various media systems. This article is an extract of a doctoral thesis orally defended in 2007. It analyses the journalism discourses in three major print newspapers (from Indonesia, Malaysia and Singapore) on their reporting on the terrorist attacks against the JW Marriott Hotel in Jakarta in 2003; the bombing against the Australian embassy in Jakarta in 2004 and the suicide bombing in Bali in 2004.

Keywords: *media discourse; media and terrorism; Southeast Asia*

Introdução

A interpretação dos acontecimentos pelos meios de comunicação afeta a forma como a história é escrita e, ao mesmo tempo, propicia o registro de informações carregadas de valores. Tal opinião vem ao encontro da afirmativa feita por Siebert, Peterson e Schramm, de que “a imprensa sempre toma a forma e o colorido das estruturas sociais e políticas em que opera” (1956:1). Dessa forma, o entendimento de teorias, de conceitos e de perspectivas é fundamental para o conhecimento das funções da mídia.

Assim como em outras partes do mundo, a situação midiática na Ásia sofre a influência de poderes políticos, econômicos e culturais. Hatchen (1996) observa que, inclusive nos sistemas políticos mais independentes, a mídia tem que lidar com vários níveis de regulamentos. A Ásia é um caldeirão que reúne diferentes sistemas políticos e religiões e uma variedade de sistemas de funcionamento da mídia. O sudeste asiático (formado por Brunei, Camboja, Filipinas, Cingapura, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Tailândia, Vietnã e Timor Leste) é um típico exemplo: a região é caracterizada por pluralismo étnico-cultural e político.

O sistema político dos 11 países que formam o grupo do Sudeste Asiático varia desde o militarismo em Myanmar, ex-Birmânia, ao regime de sultanato em Brunei, ao sistema (de democracia leve para alguns ou de suave autoritarismo para outros) praticado em Cingapura e na Malásia, à transição democrática na Indonésia, à monarquia na Tailândia, e às Filipinas, considerada a sociedade mais ocidental na Ásia. Além da diferença no tamanho geográfico de cada país, outras áreas que marcam a complexidade do Sudeste Asiático são encontradas nos vários idiomas, religiões e também nos vários níveis de desenvolvimento. Devido a essa situação heterogênea, padrões de prática e de ética em jornalismo não existem.

Mídia no Sudeste Asiático

No Sudeste Asiático a mídia, de forma geral, opera sob três modelos amplos (McCargo, 2003): o de controle estatal direto, como acontece nos casos da Myanmar e do Laos. O segundo modelo é o de licença para empresas rotuladas de privadas, como ocorre em Cingapura e na Malásia e aconteceu na Indonésia durante o 32 anos de regime ditatorial de Suharto. Sob este esquema podem operar apenas as publicações que possuem licença do governo. Dizem que as empresas são rotuladas como privadas porque não está claro a quem pertencem as suas ações nem qual é o percentual aberto ao público. O terceiro modelo é o conhecido como liberal, em que tudo é permitido. Está presente particularmente nas Filipinas e é encontrado na mídia da Indonésia desde a queda de Suharto em 1998. Na Tailândia, a mídia pertencia ao modelo liberal até a eleição do primeiro ministro Thaksin Shinawatra em 2001. Durante a administração de Thaksin, a mídia sofreu uma série de medidas restritivas, segundo documentou a Associação de Jornalistas da Tailândia. Thaksin foi deposto por uma junta militar em 2006.

É importante entender o conceito de liberdade de imprensa na região,

pois isso é fundamental para o entendimento das funções da mídia. A censura jornalística é praticada em vários níveis nos países do Sudeste Asiático (Chonkittavorn, 2002). Por exemplo: os jornalistas podem ser multados, sentenciados a prisão, sofrerem processo criminal por comentários que sejam interpretados pelas autoridades como difamatórios ou prejudiciais. Em Brunei Darassalam, jornalistas podem ser sentenciados a até três anos de prisão por divulgarem notícias que as autoridades considerem ‘falsas’ ou ‘maliciosas’. O uso desses mecanismos de punição induz os jornalistas a serem cautelosos.

Na Malásia, o papel da mídia é o de informar, de educar e de motivar as massas para apoiar os planos de desenvolvimento concebidos pelo governo. Os jornais e outros meios de comunicação têm a função de ajudar o governo a fomentar um espírito de entendimento e fortalecer o relacionamento e a união entre os cidadãos (Ibrahim, 2002).

Editores e jornalistas na Malásia e em Cingapura precisam lidar com assuntos sobre relações raciais, religião e cultura com extremo cuidado. Tanto a Malásia quanto Cingapura, além de outros países no Sudeste Asiático, descartam os direitos de liberdade de expressão em favor dos interesses da nação (Merrill, 2002). As prioridades dentro desse modelo de jornalismo de desenvolvimento são: unidade nacional, estabilidade econômica e política.

Mais recentemente, as organizações de mídia em mãos de grupos particulares começam a causar impacto no cenário regional. De controle estatal, a mídia passa a ser controlada não apenas pelo Estado, mas também pelos grupos empresariais, o que determina a seleção e a forma de tratamento das informações. Enquanto o governo continua manipulando a audiência nacional com informações mescladas de propaganda e controle da agenda, o empresariado explora a mídia com uma mistura de sensacionalismo e interesses políticos e ideológicos.

Na Indonésia, a maioria das empresas jornalísticas está nas mãos privadas, embora os interesses de grupos empresariais e do governo muitas vezes se sobreponham. Woodier (2006) sugere que “muitos jornalistas, inclusive jornalistas internacionais, estão sob ameaça”, pois existe um “movimento para criminalizar o trabalho dos jornalistas e de usar leis contra difamação para silenciar os críticos a fim de que a elite política volte a ganhar o controle central do fluxo de informações” (p. 59). Princípios como o Ato de Segurança Interna, a Lei de Segredos e outras formas de repressão da mídia, como o sistema de licença anual de publicações, forçam jornalistas e editores a serem extremamente cautelosos.

Análise das coberturas jornalísticas de atos de terrorismo

Os meios de comunicação da Indonésia, da Malásia e de Cingapura constituíram o foco do meu estudo de doutorado em sociologia na Universidade Nacional de Cingapura, no qual analisei as representações e as construções jornalísticas dos acontecimentos rotulados como terroristas, ocorridos na Indonésia após os atentados de setembro de 2001 nos Estados Unidos e o

lançamento da ‘guerra contra o terror’. Logo em seguida aos atentados em Nova Iorque e Washington D.C., o presidente George W. Bush declarou que o Sudeste Asiático, particularmente as Filipinas, a Indonésia e a Malásia eram a segunda frente na luta contra o terrorismo depois do Afeganistão.

Os jornais analisados foram *The Jakarta Post (JP)* da Indonésia; o *News Straits Times (NST)* da Malásia e *The Straits Times (ST)* de Cingapura. Os discursos jornalísticos dos acontecimentos estudados foram os atentados de Bali em 2002; o atentado contra o hotel JW Marriott em Jacarta em 2003; o atentado contra a embaixada da Austrália em Jacarta em 2004 e o atentado suicida em Bali em 2005. Este artigo é um trecho da tese defendida em janeiro de 2007.

Teoria da mídia: construcionismo social

A teoria do construcionismo social foi a abordagem escolhida para desenvolver este estudo. Van Gorp (2007, p. 62) sugere que “o construcionismo social está preocupado com a criação e a institucionalização de realidade em interações sociais”. A construção da realidade em estudos de mídia enfatiza que não existe uma única realidade, mas sim a interpretação construída de uma realidade (Williams, 2003).

Para o entendimento dos textos jornalísticos foi usada a análise crítica do discurso, no enfoque oferecido por Norman Fairclough (2001b). Na abordagem de Fairclough, as práticas sociais e os efeitos ideológicos e políticos influenciam as práticas discursivas.

A mídia na Indonésia

Desde a queda do ditador Suharto em maio de 1988, a Indonésia tem passado por vários níveis de liberdade de imprensa. Weintraub (2006) observou que a saída de Suharto provocou uma expansão no número de emissoras de televisão, a popularização da imprensa e suavizou o controle do governo sobre o conteúdo das informações – embora ainda permaneça nos trâmites da justiça um código penal elaborado pelo governo que prevê o julgamento e a prisão de jornalistas acusados de causar difamação.

Enquanto as antigas empresas jornalísticas continuam mantendo o domínio, um dilúvio de novas publicações está surgindo como consequência das iniciativas do governo em relaxar os requisitos que governam indivíduos e grupos para a obtenção de licenças para publicações (Heryanto & Adi, 2001). Hobart (2006) observa que após a saída de Suharto houve um período de grande expansão em várias áreas dos meios de comunicação, além do rejuvenescimento da indústria cinematográfica. Por outro lado, Woodier (2006) sugere que apesar do aumento em competição e, em alguns casos, da melhora do conteúdo informativo, a indústria ficou também mais sensacionalista e corrupta.

Durante o regime de Suharto, entre 1965 e 1998, o governo controlou a mídia na Indonésia como parte da consolidação do país. McCargo (2003), entretanto, citando Hill (1994) e Hanazaki (1996), alega que a Indonésia costumava ter uma imprensa mais crítica durante o período da revolução (1945-

1949) e nos primeiros anos de independência da colonização holandesa.

Com a queda de Suharto em 1998, o vice-presidente B.J. Habibie assumiu o poder. O novo governo tinha planos de reforma nas áreas política, social e econômica. Habibie não durou muito tempo no poder. Um ano depois, em outubro de 1999, o líder religioso e intelectual Abdurrahman Wahid substituiu Habibie como presidente. Um dos primeiros atos de Wahid foi abolir o Ministério de Informação sob o argumento de que o mesmo funcionava como órgão de propaganda do regime de Suharto. Em menos de dois anos no poder, Abdurrahman Wahid, ou Gus Dur como era popularmente chamado, já reclamava que a imprensa estava orquestrando uma campanha negativa contra ele. O mandato de Gus Dur foi cassado pelo Parlamento e sua vice-presidente Megawati Sukarnoputri assumiu a presidência em agosto de 2001. Megawati era menos simpática ao princípio de liberdade de imprensa e durante sua administração evitou desenvolver um relacionamento com os meios de comunicação. Tal atitude lhe custou o governo.

Susilo Bambang Yudhoyono foi eleito presidente em 2004. Acadêmicos e jornalistas indicam que o governo continua a ter influência sobre a mídia na Indonésia, mesmo nesse período de transição democrática em que o país se encontra.

A mídia na Malásia

A função da imprensa na Malásia é a de contribuir para a união dos vários grupos étnicos e fortalecer a formação da nação. A imprensa deve funcionar como agente de unidade nacional e, portanto, evitar assuntos que possam inflamar sentimentos anti-raciais na população. A imprensa deve agir como agente de mobilização durante campanhas ou programas de intervenção do governo (Anuar, 2000; Massey & Arthur Chang, 2002). É comum o governo da Malásia usar o Ato de Segurança Nacional contra jornalistas, resultando disso a prática comum de autocensura entre jornalistas e editores. Desde os anos 70, a imprensa na Malásia funciona como auxiliar do governo na promoção da união social e do desenvolvimento. Nesse período, várias leis e regulamentos foram introduzidos, muitos deles ainda em vigor, fazendo com que a imprensa permaneça sob o controle do governo (Nain, 2002) e de partidos políticos (Lewis, 2006).

Na Malásia existe atualmente uma das mais dinâmicas indústrias midiáticas da região, com jornais nos idiomas dos vários grupos étnicos – malaio, chinês, indiano (tamil) e inglês. Mas essas publicações estão ligadas a grupos empresariais que, por sua vez, estão ligados a partidos políticos. Vários desses jornais exercem o jornalismo alternativo na defesa dos interesses de seus grupos.

A mídia em Cingapura

O jornalismo desenvolvimentista (*developmental journalism*) é apenas um dos vários rótulos aplicados à função da imprensa em Cingapura (Wong, 2004). O modelo teórico de jornalismo de desenvolvimento (*development journalism*) sugere uma dinâmica de cooperação entre o Estado e a imprensa (Heng, 2002; Massey & Arthur Chang, 2002). Em Cingapura, o papel da imprensa se

entrelaça com os objetivos da agenda do governo, como o fortalecimento dos laços sociais e educacionais dos cidadãos com a ideologia, a política e as ações do governo (Bokhorst-Heng 2002, p. 561).

George (2003) argumenta que ao lidar com a mídia impressa e audiovisual, as autoridades em Cingapura foram capazes de modelar uma forma de intervenção política tão estreita que as ações não prejudicam as prioridades econômicas. A liberdade de imprensa está totalmente ausente no espaço de Cingapura. Garry Rodan (2000, p. 219), argumenta que o governo continua determinado a usar todas as formas necessárias de poder para impedir a prática do jornalismo crítico, investigativo e reportagens sobre questões sociais e políticas.

Vários mecanismos são utilizados pelas autoridades de Cingapura para manter o controle legal sobre a mídia. Um desses mecanismos é o Ato de Segurança Interna, sob o qual jornalistas podem ser detidos sem julgamento (Rodan, 2002; 2003). Jornalistas podem ser multados ou presos se violarem as leis de respeito à Justiça e ao Parlamento. Outro mecanismo de repressão é a aplicação do Ato Oficial de Segredo contra jornalistas que divulgarem informações consideradas secretas. As leis contra atos de difamação também induzem jornalistas a serem muito cautelosos com comentários que possam ser considerados prejudiciais à reputação de integrantes do governo. Lim (1996) diz que “os jornais em Cingapura aceitam trabalhar dentro das limitações estipuladas por lei. Dessa forma, a autocensura, através dos anos, tornou-se uma norma geral e é exercida em vários níveis” (p. 75).

Apesar do controle da imprensa, Cingapura funciona como base para os jornalistas internacionais que cobrem a região. Uma das explicações para tal fenômeno deve-se à fabulosa infra-estrutura do país-cidade. Em 2000, Rodan calculou que mais de 70 empresas jornalísticas mantinham uma base em Cingapura. Muitas dessas empresas são agências de notícias (*wire services*) que transmitem informações instantâneas sobre economia, negócios e assuntos que não sejam sensíveis ao governo local. Essas agências internacionais aceitam não escrever sobre assuntos locais que envolvam questões sociais e políticas. Mesmo assim, jornais como *The Asian Wall Street Journal* (cujo nome passou para *The Wall Street Journal Ásia*), *Far Eastern Economic Review*, *Time*, *Asiaweek* e a *Bloomberg.com* concordaram com as condições especiais impostas por Cingapura para operarem no país depois de terem sido multados por algumas reportagens (Rodan, 2000, p. 220). Essa contenda envolveu não apenas o conteúdo das informações nos artigos jornalísticos, mas também a insistência do governo de Cingapura sobre o seu direito de contestar com respostas sem edições.

Análise e discussão

O estudo demonstrou que as coberturas jornalísticas dos atentados terroristas ocorridos na Indonésia depois dos acontecimentos do 11 de setembro nos Estados Unidos foram enquadradas dentro dos parâmetros da ‘guerra contra o terror’ e refletem interesses históricos e contemporâneos. Aqui é importante enfatizar que este artigo é parcial, pois trata apenas de uma parte do volume de informação da tese.

Os jornais *Jakarta Post*, *New Straits Times* and *The Straits Times*, respectivamente da Indonésia, da Malásia e de Cingapura, apresentaram discursos que legitimam o sistema capitalista e invalidam os dissidentes e a oposição, confirmando que a tradição política-econômica segue o paradigma de se construir consenso onde a mídia privilegia as opiniões e os valores dominantes enquanto marginaliza as vozes da oposição (Herman & Chomsky, 1988).

O estudo revelou uma preocupação dos jornais com os interesses das elites dominantes e a falta do envolvimento do público no discurso jornalístico. A complexidade de cada atentado rotulado como terrorista foi simplificada dentro dos interesses políticos e econômicos das elites dominantes. Os jornais *New Straits Times*, da Malásia, e *The Straits Times*, de Cingapura, mostraram estar em maior harmonia com as ideologias dos meios políticos, enquanto o *Jakarta Post*, da Indonésia, demonstrou a sua postura crítica das instituições governamentais, mas não necessariamente contrária às ideologias voltadas para o desenvolvimento econômico.

Unidade nacional, qualidade de vida, bem estar social e riqueza individual foram identificados no estudo como algumas das conseqüências sociais e políticas de se encaixar o terrorismo dentro dos objetivos das elites dominantes. Os mecanismos de controle social embutidos (*embedded*) nas mensagens jornalísticas terminam por criar uma hegemonia de como a mídia representa os acontecimentos e acentua o apelo para o apoio público na política de manutenção do *status quo*.

As publicações fizeram amplo uso de narrativas de medo e de ansiedade que encaixam com a teoria apresentada por Giroux (2006), segundo a qual a mídia explora o medo e a ansiedade para fins comerciais. Giroux sugere que este novo tipo de política é usado por governos e empresas jornalísticas. A política do medo e da ansiedade contribui ainda para causas autoritárias, com a criação da necessidade do aumento de segurança e o estímulo da desconfiança entre as pessoas. Nessa mesma linha, Spencer (2005) sugere que a cultura do medo ampliada pelos meios de comunicação semeia ódio, intolerância e cria nas pessoas a dependência das autoridades. Como resultado, a política de medo e ansiedade nos discursos jornalísticos dos casos de terrorismo influencia o comportamento social, as rotinas e as interações entre os cidadãos e isso pode reduzir a capacidade de raciocínio crítico e consciente sobre as mudanças sociais e as implicações de uma adaptação cega às políticas de segurança e sociais (Altheide, 2006).

Straits Times

O leque de temas abordados pelo *ST* inclui apelos para o aumento da vigilância entre cidadãos e a necessidade de administrar as relações entre raça e religião. O discurso jornalístico apresentou Cingapura como um país interessado em desempenhar papel proeminente na política regional, que oferece ajuda aos países vizinhos no combate aos radicais e sugestões sobre medidas contra o terrorismo. O jornal *ST* apresentou a nação como um país sob ameaça contribuindo assim para o aumento da ansiedade e a demonização de dissidentes

e opositoristas. O *ST* relatou os atentados na Indonésia não apenas como se os ataques pudessem também ocorrer no país-cidade, mas especulando quando os atentados iriam acontecer em Cingapura. Esta forma de reportagem demonstra que o *ST* cria uma situação de perigo iminente, enquanto oferece ao mesmo tempo promessas de salvação baseada em ações do governo e apela para que a população apóie as medidas oficiais de combate ao terrorismo.

Jakarta Post

O jornal *JP* destacou a cobertura dos eventos terroristas de acordo com parâmetros dos interesses econômicos. Nas páginas editoriais, o jornal enfatizava que o governo precisava manter a confiança dos investidores internacionais na Indonésia e manter o fluxo de turistas como fonte de receita. No discurso jornalístico, o *JP* indicou, ainda, que a violência é um fenômeno histórico e que apenas um pequeno grupo foi culpado pelos terríveis atentados. No relato dos últimos atentados, porém, os editoriais do *Jakarta Post* iniciaram a uma campanha para o aumento da vigilância sobre residentes e reforçou a necessidade de ação e controle militar (do exército) na luta contra o terrorismo.

New Straits Times

O *NST* representou o terrorismo com o foco na ameaça dos grupos de oposição política contra o governo. O discurso jornalístico enfatizou também a necessidade de combate ao crime, às reformas no ensino do Islã, particularmente o ensino de uma interpretação mais radical da religião. O foco da cobertura foi dirigido ao público interno e as mensagens embutidas eram de que o governo não iria aceitar desafios e distúrbios sociais. A segurança foi reforçada em locais estratégicos como portos, aeroportos, bancos etc., com a intenção de evitar que possíveis crimes ligados a atos terroristas fossem cometidos.

O *NST* apresentou o Ato de Segurança Nacional como a fórmula ideal para o combate ao terrorismo e enfatizou a eficiência dessa medida em lidar com as ameaças de militantes muçulmanos. O Ato de Segurança permite que o governo possa prender por tempo indeterminado pessoas que sejam consideradas uma ameaça aos interesses do governo ou do país.

Práticas em jornalismo

Os jornalistas do *ST* e do *JP* usaram extensivamente informações fornecidas por ‘especialistas’ nas suas histórias, mas deixaram de informar as conexões entre esses especialistas e as agências do serviço de inteligência e de órgãos do governo. Em defesa dos jornalistas, Sahr (1993) argumenta que os jornalistas simplesmente não escolhem a esmo os ‘especialistas’, mas que os governantes e as pessoas em cargos de autoridade certificam como válidas as fontes de informações.

Os três jornais analisados demonstraram forte dependência das fontes oficiais e de especialistas ligados a essas fontes. As publicações também registram forte dependência dos serviços de agências internacionais de notícias – inclusive o *Jakarta Post*, quando cobriu os acontecimentos ocorridos na capital. Pelo

menos três hipóteses podem ajudar a compreender essa tendência: a primeira é que os jornais são passivos às fontes de informação oficiais; a segunda hipótese é que o uso de fontes oficiais pode servir para revelar o grau de extensão da associação entre jornais, governos e grupos econômicos. A terceira hipótese é que as agências internacionais de notícias oferecem o tipo de conteúdo que as publicações querem, independente se as coberturas apresentam ou não o contexto local ou global.

É importante lembrar que a relação entre imprensa e centros de poderes determina uma forma particular de reportagem tendenciosa, na qual as forças dominantes influenciam o discurso jornalístico. Assim, considerando que a mídia na Malásia precisa ser “construtiva, consensual e orientada para o desenvolvimento” (Loo, 2000, p. 218), em Cingapura a imprensa “está ideologicamente alienada com o Estado” (George, 2006, p. 49). Na Indonésia onde a mídia ainda faz parte do grupo de desenvolvimento, certos aspectos foram mais enfatizados que outros nas reportagens. Um dos meios identificados foi o uso de manchetes para enviar mensagens. Malásia e Cingapura estão constantemente trocando mensagens através da mídia e a situação não é diferente entre Cingapura e a Indonésia. O’Heffernan (1993) observa que a mídia influencia decisões de política internacional através do que relata e como relata os acontecimentos, particularmente ao dar maior destaque aos aspectos políticos. Gilboa (2002) observa que a mediação por jornalistas em assuntos internacionais levanta questões sobre a ética na profissão.

A contextualização dos atos de terrorismo

Embora as publicações tenham contextualizado as coberturas de atos de terrorismo dentro dos interesses de cada país e das elites dominantes, o discurso político e jornalístico da ‘guerra contra o terror’ forneceu o enfoque predominante das coberturas. O discurso global da ‘guerra contra o terror’ sugere que a fonte do terrorismo está nos militantes radicais muçulmanos e que este é um problema de grande proporção em nível de crise internacional. Nas escolas religiosas, o ensino do islamismo por praticantes mais fervorosos da religião passou pelo crivo das autoridades e, em inúmeros casos, as escolas tiveram que reformular os currículos de ensino, criando-se a necessidade de os professores de religião precisarem ser registrados junto a órgãos do governo.

O resultado das análises indica que atos rotulados como terroristas não podem ser devidamente entendidos sem que haja um aprofundamento das questões reais ou prováveis de injustiças e ressentimentos que levam grupos ou indivíduos a recorrer à violência para defender suas causas (Nacos, 2006).

As implicações pós-11 de setembro

Os acontecimentos do 11 de setembro nos Estados Unidos trouxeram maior controle sobre a sociedade em várias partes da região do Sudeste Asiático, tanto em termos militares e de segurança como também em termos de comportamento social. A imprensa nos três países tem, de certa forma, contribuído para a situação de policiamento realizada pelo Estado e pela sociedade. Isso implica que o Estado

está compartilhando sua responsabilidade com a sociedade, o que cria um outro problema, porque as pessoas começam a aceitar e compartilhar responsabilidades com o governo. Aqueles que não aceitarem compartilhar essa responsabilidade podem ser marginalizados. Como uma das implicações identificadas em meu estudo, os acontecimentos de 11 de setembro não trouxeram benefícios para a democratização de povos ou da mídia, pelo contrário: as implicações das medidas adotadas no combate ao terrorismo estão contribuindo para um maior controle da mídia e da sociedade.

Conclusão

As três publicações – *The Jakarta Post (JP)* da Indonésia; o *News Straits Times (NST)* da Malásia e *The Straits Times (ST)* de Cingapura – adotaram de forma condescendente as linhas oficiais de interpretação dos acontecimentos. Conseqüentemente, endossaram as estruturas de poder ao reforçar as perspectivas de hegemonia e as relações entre estrutura social, práticas sociais e influências dos subsistemas da sociedade – como a economia, a política e a religião. Dessa forma, como Spencer (2005) sugere, o relacionamento da mídia com a ‘guerra contra o terror’ levanta uma série de questões sobre as responsabilidades jornalísticas.

Fica claro, também, que a teoria social crítica precisa acomodar modelos teóricos que envolvam as complexidades e as raízes históricas de problemas contemporâneos (Kellner, 2005). Partindo da experiência e do conhecimento originados por esse estudo reforço a linha de raciocínio de Altheide (2006), para que cientistas sociais e jornalistas trabalhem juntos no sentido de um maior entendimento sobre como as notícias são reflexos dos grupos dominantes, particularmente em coberturas de conflitos nos quais as elites têm grande interesse.

Referências Bibliográficas

- Altheide, David L. (2006) *Terrorism and the Politics of Fear*. Lanham: AltaMira Press.
- Anuar, Mustafa K. (2000) ‘Malaysia, Country Report’, in *Media & Democracy in Asia*. Singapore: Asian Media Information and Communication Centre, p.97-114.
- Bokhorst-Heng, Wendy (2002) Newspapers in Singapore: A mass ceremony in the imagining of the nation, *Media Culture and Society* 2, p. 559-569.
- Chonkittavorn, Kavi (2002) ‘Southeast Asia Media Struggle to be Free’, *Nieman Reports*. vol. 56 (2), p.59-60.
- Fairclough, Normal (2001b) ‘Critical Discourse Analysis’, in Alec McHoul & Mark Rapley (eds.) *How to Analyse Talk in Institutional Settings A Casebook of Methods*. London: Continuum, p.23-38.
- George, Cherian (2003) The Internet and the Narrow Tailoring Dilemma for “Asian Democracies”, *The Communication Review*, vol.6 (3), p.247-268.
- George, Cherian (2006) *Contentious Journalism and the Internet Towards Democratic Discourse in Malaysia and Singapore*. Singapore: University Press.
- Gilboa, Eytan (2002) Global Communication and Foreign Policy, *Journal of Communication*, December, p.731-748.
- Giroux, Henry (2006) *Beyond the Spectacle of Terrorism*. London: Paradigm.
- Lewis, Glen (2006) *Virtual Thailand The media and cultural politics in Thailand, Malaysia and Singapore*. New York: Routledge.
- Hanazaki, Yasuo (1996) *The Indonesian press in an era of keterbukaan: a force for democratization?* Unpublished PhD thesis. Victoria, Australia: Monash University.
- Hatchen, William A. (1996) *The World News Prism- Changing Media of International Communication*. Ames: Iowa State University Press, 4th edition.
- Heng, Russell Hiang-Khng (2002) ‘Media in Southeast Asia: A Literature Review of Post 1980 Development’, in Russell H.K.Heng (ed.) *Media Fortunes – ASEAN States in Transition, Changing Times*. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, p.1-25.
- Herman, E. & Chomsky, N. (1988) *Manufacturing Consent: the Political Economy of the Mass Media*. New York: Pantheon.
- Heryanto, Ariel & Stanley Yoseph Adi (2001) ‘The Industrialization of the Media in Democratizing Indonesia’, *Contemporary Southeast Asia*, August, vol.23 no. 2, p.327-355.
- Hill, David T. (1994) *The Press in New Order Indonesia*, Nedlands: University of Western Australia Press.

Hobart, Mark (2006), Entertaining Illusions: How Indonesian Elites Imagine Reality TV Affects the Masses, *Asian Journal of Communication*, vol.16 (4), December. pp.393-410.

Ibrahim, Faridah (2002) ‘Media Ethics in Malaysia: A Case of Language Objectivity in Media Ethics in Asia’, in Venkat Iyer (ed.) *Media Ethics in Asia, addressing the dilemmas in the information age*. Singapore. Asian Media Information and Communication Centre, p.51-65.

Lim, Ivan (1996) ‘Media Monitors in Singapore’, in K.S. Venkateswaran (ed.) *Media Monitors in Asia*. Singapore: Asian Media Information and Communication Centre. p.73-80.

Loo, Eric (2000) ‘The Malaysian media: prescribed loyalty, proscribed practices’, in Damien Kingsbury, Eric Loo, Patricia Payne (eds.) *Foreign devils and other journalists*. Monash: Monash Asia Institute, p. 209-228.

McCargo, Duncan (2003) *Media and Politics in Asia Pacific*. London: RoutledgeCurzon.

Massey, Brian L. & Arthur Chang, Li-Jing (2002) Locating Asian Values in Asian Journalism: A Content Analysis of Web Newspapers, *Journal of Communication*, vol.52 (4): p.987-1003.

Merrill, John 2002 Media Ethics in Asia Between relativity and Absolutism. IN: Venkat Iyer (ed.) *Media Ethics in Asia, addressing the dilemmas in the information age*. Singapore. Asian Media Information and Communication Centre. p.18-24.

Nacos, Brigitte L. (2006) *Terrorism and Counterterrorism Understanding Threats and Responses in the Post- 9/11 World*. New York: Pearson/ Longman.

Nain, Zaharom (2002) ‘The Media and Malaysia’s Reformasi Movement’, in Russell H.K. Heng (ed.) *Media Fortunes- Asean States in Transition – Changing Times*. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, p.119-137.

O’Heffernan, Patrick (1993) ‘Mass media and U.S. Foreign Policy: A Mutual Exploitation Model of Media Influence in U.S. Foreign Policy’, in Robert J. Spitzer (ed.) *Media and Public Policy*. Connecticut: Praeger, p 187-212.

Kellner, Douglas (2005) *Media Spectacle and the Crisis of Democracy: Terrorism, War, and Election Battles*. London: Paradigm.

Rodan, Garry (2000). Asian Crisis, Transparency and the International Media in Singapore, *The Pacific Review*, vol.13 (2), p.217-242.

Rodan, Garry (2002) ‘Do Markets Need Transparency? The Pivotal Case of Singapore and Malaysia’, *New Political Economy*, 7 (1), p.23-47.

Rodan, Garry (2003) ‘Embracing Electronic Media but Suppressing Civil Society: Authoritarian Consolidation in Singapore’, *The Pacific Review* vol. 16 (4), p.503-524.

Sahr, Robert (1993) ‘Credentialing Experts: The Climate of Opinion and Journalist Selection of Sources in Domestic and Foreign Policy’, in Robert J. Spitzer (ed.) *Media and Public Policy*. Connecticut: Praeger, p.153-170.

Spencer (2005) Spencer, Graham (2005) *The Media and Peace- Vietnam to the ‘War on Terror’*. New York: Palgrave.

Siebert, Fred, Theodore Peterson, Willbur Schramm (1956), *Four Theories of the Press*. Urbana: University of Illinois Press.

Van Gorp (2007) Van Gorp, Baldwin (2007). ‘The Constructionist Approach to Framing: Bringing Culture Back In’, *Journal of Communication*, 57, p. 60-78.

Weintraub (2006) Weintraub, Andrew N. (2006). Dangdut Soul: Who are ‘the People’ in Indonesian Popular Music, *Asian Journal of Communication*, vol. 16 (4) December, p. 411-431.

Williams, 2003 Williams, Kevin (2003) *Understanding Media Theory*. New York: Arnold.

Wong, K. (2004) ‘In Asia-Based Development Journalism and Political Elections: Press Coverage of the 1999 General Elections in Malaysia’, *Gazette*, February, vol. 66 (1), p.25-40.

Woodier (2006) Woodier, Jonathan (2006) ‘Penning in the Gyre – Indonesia, the globalized media and the ‘war on terror’, in Benjamin Cole (ed.) *Conflict, Terrorism and the Media in Asia*. London: Routledge, p. 41-60.

***Sonia Ambrosio de Nelson**

Jornalista, doutora em Sociologia pela Universidade Nacional de Cingapura. Foi correspondente internacional da Rádio Eldorado de São Paulo entre 1990 e 2005 e desde 1996 é colaboradora da BBC Brasil. Seu interesse de pesquisa está na área de sociologia de mídia. Depois de 25 anos radicada em países do Oriente Médio e da Ásia reside agora nos Estados Unidos.